

Reversão do endividamento público ^{DMoída}

Ao anunciar as novas metas fiscais para os próximos dois anos, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou que o objetivo da redução da meta de superávit primário (não inclui juros) de 3,35% para 3% em 2001, proporcionando um alívio fiscal de R\$ 4 bilhões, não é abrir espaço para mais despesas. Será mantida a política de austeridade, que se estenderá a 2002, último ano do atual governo, quando está previsto um superávit primário de 2,7%, já tendo então expirado o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Essas declarações podem ser interpretadas de diversas formas. Como o ministro falou em despesas, pode-se concluir que o governo não pensa em aumentar os gastos de custeio da máquina, o que não excluiria investimentos, especialmente na área social, como tem sido reclamado pela sua própria base de sustentação parlamentar.

Se a economia crescer, no próximo ano, a uma taxa de cerca de 4,5%, e há muitos técnicos, inclusive dos quadros do governo, que acreditam que existem condições para isso, o alívio fiscal pode ser superior a R\$ 4 bilhões. Essa verba engordada, se for para o social, poderia representar uma útil complementação dos investimentos em infra-estrutura, em parceria com a iniciativa privada, previstos no Plano Plurianual (PPA).

Outra possibilidade aventada seria reduzir a carga tributária sobre as pessoas jurídicas ou físicas. A Folha de S. Paulo menciona a hipótese de revogação da decisão, tomada em um momento de crise,

de elevar, até 2002, a alíquota do imposto de renda das pessoas físicas de 25% para 27,5% para quem ganha acima de R\$ 1.800. O governo poderia capitalizar politicamente uma medida do gênero, mas não acreditamos que haja disposição da equipe econômica para reduzir a carga tributária e, se dúvidas ainda houvesse quanto a isso, a recente proposta oficial de um simulacro de reforma tributária se encarregou de dissipá-las.

**Um novo quadro
permite às
autoridades
corrigir uma das
distorções do
Plano Real**

para abater a dívida do setor público. O combate eficaz à inflação é a conquista histórica do Plano Real, mas o período de 1994 até aqui tem sido marcado também por um crescente endividamento do setor público. A dívida pública líquida total, que representava 28,50% do PIB em 1994, passou para 29,94% em 1995 e foi crescendo nos anos posteriores para 33,30%, 34,60%, 42,40% até chegar a 46,90% em 1999. Neste ano, até maio, segundo os últimos dados divulgados, alcançou 47,40% do produto real. Com o esforço fiscal e uma política decidida nos últimos meses de redução da taxa básica de juros, hoje em 16,5%, o governo prevê que em 2001 a dívida líquida do setor público possa

ficar em torno de 46,5% do PIB. Essa relação cairia para 44,43% do PIB em 2002.

Essa rota descendente é de suma importância. Ao reduzir-se o endividamento público, um bom volume de recursos deixará de ser drenado da economia para a compra de papéis do governo. Com isso, haverá mais disponibilidade de crédito e mais folga para investimentos pelo setor privado.

As projeções do governo quanto à evolução da taxa real de juros nos causa, porém, estranheza. Prevê a Fazenda que a taxa de juros real fique em 8,6% neste ano, o que é animador, passando para 9,77% em 2001 e caindo novamente para 8,15% em 2002. Está claro que, se a taxa de inflação for de 3,5% no próximo ano, como estima a Fazenda, e a taxa Selic for manejada com menos vigor, a taxa real crescerá. Mas por que não permitir que ela fique, ao menos, no mesmo nível de 2000?

As autoridades monetárias nada disseram sobre o déficit nominal, que abrange as despesas líquidas de juros. Sabe-se, contudo, que os técnicos trabalham com a possibilidade de um déficit nominal da ordem de 4% no fim deste ano. Com menor endividamento e com a redução da taxa de juros, esse déficit pode cair para 3% do PIB no fim do atual governo.

Não há dúvida de que a situação fiscal do Brasil, hoje, é boa. Só temos a lamentar que o governo não tenha aproveitado a oportunidade para promover uma verdadeira reforma tributária, capaz de dar mais solidez ao crescimento futuro. ■